

AGRICULTURA

Genocídio na cotonicultura

ROBERTO RODRIGUES

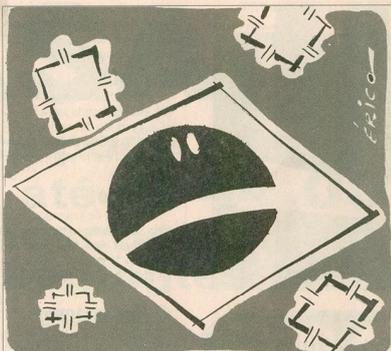
Poucas atividades foram tão dramaticamente prejudicadas por políticos públicos nefastos como a cotonicultura. Sucessivos erros nas ações governamentais, frutos até da visão estreita e de curto prazo de alguns segmentos da área têxtil transformaram o Brasil, grande exportador mundial de fibra de algodão, no 2º maior importador, em pouco mais de 5 anos.

Este assunto traz à baila uma questão maior: deve ou não deve o Estado se meter na política agrícola. Em caso positivo, qual é o seu papel? A resposta é óbvia: as políticas públicas, no que diz respeito ao setor agropecuario e agroindustrial, devem-se restringir a garantir aos agentes econômicos igualdade de condições para competir com concorrentes de outros países.

Ninguém pleiteia nenhum tipo de privilégio que mascare ineficiência desvantagens comparativas.

Como não existe mercado perfeito de produtos agropecuarios devido à intervenção protecionista de governos estrangeiros a seus agricultores, só há duas saídas para viabilizar nossa competitividade: ou acabam estes mecanismos dos outros países ou o Brasil os faz iguais. O que não é possível e exigir de nossos agricultores a vitória em uma batalha para a qual vamos armados de canivetes enquanto o adversário vem com bombas nucleares. Por mais eficientes que sejam dentro de nossas fazendas, usando a melhor tecnologia, a mais eficiente gerência financeira e comercial, a mais barata infraestrutura, perdemos a guerra por causa de juros, impostos, transportes, armazenagem, tarifas aduaneiras, portos, etc.

No caso do algodão, isto é terrificante. Não bastassem as desigualdades representadas pelo Custo Brasil, esta atividade foi destruída por outros fa-



tores: no Mercosul, fixou-se uma TEC de 6% para o algodão e de 16% para o tecido de algodão. É uma discriminação odiosa! Para importar matéria-prima, a indústria brasileira tem prazo de até 12 meses e juros de 8% ao ano, bem diferentes da realidade do mercado interno. Ora, com tal desigualdade, mesmo um algodão mais caro lá fora acaba chegando aqui mais barato do que o nacional. Mas não é só isto. Importa-se algodão subsidiado nos países de sua origem. Entidades de classe do setor (SBB, OCB e CNA) foram aos órgãos competentes em busca da tributação compensatória, um direito líquido, reconhecido em qualquer tribunal internacional. Mas as autoridades brasileiras, ridiculamente, não aceitaram nossas teses, argumentando que importações subsidiadas não foram as únicas culpadas pela debacle da cotonicultura.

Sob a coordenação do companheiro Pedro de Ca-

marco Netto, a luta nesta área continua. Mas, enquanto isto, vejamos o que está acontecendo.

Em 1982, tínhamos 3,6 milhões de hectares cultivados com algodão. Em 1996 serão 970.000, quase 4 vezes menos. Para um consumo interno de 850.000 mil toneladas, teremos no próximo ano uma colheita máxima de 400 mil toneladas de algodão em pluma. Com isto, gastaremos US 1.150.000 para importar algodão, óleo, farelo e linter. E vamos perder oportunidades de conquistar mercados externos, que já tivemos. Em 1990 exportamos 47 mil toneladas de fio de algodão e em 1996 este número caiu para desprezíveis 6 mil toneladas. 8 vezes menos. Pior ainda. Neste período (91 a 96) calcula-se em mais de 200.000 os desempregados em toda a cadeia do algodão. Ora, se um dos grandes problemas atuais do Brasil é o desemprego, como deixar acontecer, soltando rojões quando se instala uma fábrica de autopeças criadora de 1000 empre-

gostos? É surpreendente a cegueira geral quanto a este assunto. A indústria têxtil brasileira se modernizou, o país tem mercado interno promissor e grandes possibilidades no mercado externo. Temos novas variedades com ótima produtividade, boa qualidade da fibra, o que era um problema anos atrás. A cotonicultura gera empregos, ajuda na balança comercial e garante estabilidade social no interior do país, com modernidade, inclusive o mercado futuro do produto sendo lançado pela BM&F.

É preciso um pouquinho só de bom senso para resolver tudo isto, sem custo nenhum para a Nação e com geral benefício.

▶ **ROBERTO RODRIGUES** é engenheiro agrônomo, agricultor e Presidente para as Américas da Aliança Cooperativa Internacional.

SUJEIRA

Lixo acumulado na cidade

Com a paralisação de flagrada pelos coletores de lixo de Piracicaba, por falta de pagamento, a cidade acumula cerca de 500 toneladas de lixo em cinco dias. A CGG, empresa responsável, pagou os funcionários na semana passada e garante que até quarta-feira tudo volta ao normal. A população não quer saber e espera que a cidade fique limpa o quanto antes. (Fotos: Alessandro Maschio)



Chavier de Sá
35 anos, mecânico

Acho que os coletores têm razão de parar, mesmo porque como assalariados têm de cumprir. A empresa responsável tem de pagar o salário em dia e manter a cidade limpa, não temos nada com isso. A empresa e a Prefeitura têm de chegar num acordo, a cidade não pode continuar suja desse jeito.



Ivoneite Galvão dos Santos
28 anos, doméstica

Acho que a culpa é da Prefeitura que não está pagando em dia a empresa responsável. Mas, se a empresa assinou contrato e reza que deve coletar por três meses, mesmo estando atrasado, tem de honrar o compromisso assumido. A cidade não pode ficar sem coleta de lixo tanto tempo assim.



Antonio Braz dos Santos
67 anos, comerciante

Na minha porta tem mais lixo do que no lixo. Acho isso uma ignorância da empresa responsável. Se não tem dinheiro, entrega para outra. Quem pode carregar esse, quem não pode carregar e cai. E demais ficar sem coletores, vai veronal!



Maria Salete Barros
44 anos, estudante

Acho que a culpa é da empresa que não consegue cumprir contrato assinado. Deve entregar o serviço para quem está mais estabilizado. A Prefeitura deveria contratar outra empresa capaz de honrar contrato assinado. A cidade está toda suja, um absurdo!



Cirene Marcus
44 anos, aposentada

Acho que a empresa deve cumprir o que está no contrato, mas a Prefeitura também teria de ver o outro lado, principalmente dos trabalhadores que necessitam desse salário. No meu bairro (Paulista) todos estão sofrendo com isso. A solução tem de ser rápida.



João Amorim
47 anos, aposentado

Acho que a empresa responsável deve honrar o compromisso com a Prefeitura, se não tiver condições deve entregar o serviço para outra empresa. Agora, os trabalhadores que já ganhavam pouco têm de receber em dia. A cidade está suja, a Vila Fátima, por exemplo, está que é suja.

CARTAS

Menores e adolescentes

O editorial de segunda-feira última traz uma matéria relativa aos menores abandonados sobre a qual eu gostaria de parabenizar o autor, sr. Oleno Veiga, pelas colocações extremamente pertinentes não apenas em relação ao tema como também ao momento que vivemos. O assunto é uma das maiores preocupações da atualidade em nosso país e não se pode ignorá-lo. Não concordo, porém, com a afirmação de que tenha havido uma transferência para o Estado ou Município, de toda a responsabilidade familiar, desde os cuidados pré-natais até a escola, de modo que a vida da criança e do adolescente passe a ser uma dependência do Poder Público. A atual legislação, na verdade, afirma a responsabilidade do Poder Público sem negar a responsabilidade da família, assim como da comunidade e da sociedade em geral. Não há, portanto, uma transferência. O artigo 4º, caput, do Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo texto é praticamente idêntico ao caput do artigo 227 da Constituição Federal, é claro ao afirmar que: "É dever da família, da comunidade e da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". Assim, temos todos a nossa parcela de responsabilidade e aquelas que se mostram como exclusivas do Poder Público e que devem ser asseguradas na elevação das políticas sociais públicas, como a saúde, educação, profissionalização e proteção ao trabalho, são, na verdade, destinadas a todas as crianças e adolescentes e não apenas aqueles que se encontram em situação de abandono. Esse é um ideal de sociedade pelo qual devemos lutar e, infelizmente, o contribuinte, de classe média ou alta, somente tem feito remunerar serviços cujo retorno, tomado na condição de usuário, ficou impraticável dada a extrema falta de qualidade que os caracterizam".

Tânia de C. Ferreira Zampieri

TRATAMENTO

Homeopatia: as diferentes escolas

ANTONIO DE OLIVEIRA LOBÃO

Em todas as técnicas de terapia existem variados tipos de conduta adotados de acordo com a interpretação de conceitos desenvolvidos ou emitidos, geralmente, por diferentes grupos, normalmente denominados "linhas", "correntes" ou "escolas". Não fugindo à regra, o mesmo acontece com a Homeopatia. É importante conhecermos essas diferenças de condutas adotadas pelos seguidores deste tipo de terapia, para que não tenhamos dúvidas quando o elegermos esta técnica terapêutica para nosso tratamento ou de nossos animais.

Como guia nesta apresentação, escolhamos o capítulo específico do livro "Homeopatia - Princípio, Doutrina, Farmácia, Ibehe", escrito por Brunini e Sampaio e publicado em 1993.

Homeopatia, como sabemos, é o tratamento pelos semelhantes (homeo-semelhança: pathia-doença). Isto significa, "trocando em miúdos", que um medicamento capaz de produzir num indivíduo sadio uma série de sintomas é indicado para curar os mesmos sintomas num indivíduo doente.

Dois são as maneiras de se usar os "semelhantes" no tratamento dos indivíduos (homem e animal): uma é utilizando a "semelhança" com as enfermidades dos órgãos. Assim o homeopata trata, diretamente, esses órgãos. Exemplo: inflamação do útero. Escolhe-se um ou mais medicamentos que, comprovadamente, atua ou atuam num útero inflamado. Este tipo de tratamento é recomendado pelos profissionais que seguem a "Escola Organística" (visam os órgãos). A segunda maneira é a adotada pelos profissionais que seguem a "Escola Unicista" (visam o indivíduo). Neste caso, procura-se a individualização do paciente "como um todo". Além de

ser considerada a "enfermidade do órgão com seus sintomas, considera-se, também, outros sintomas físicos e os mentais. No caso do homem, os tipos de frequência dos sonhos são, também, muito importantes.

Os seguidores das duas Escolas acima mencionadas podem apresentar, também, diferentes maneiras de receitar os medicamentos selecionados, formando, assim, diversas categorias.

Dentre os "organísticos", existem os complexistas, alternistas, pluralistas e os "neo-hipocráticos".

Os "complexistas" utilizam vários medicamentos ao mesmo tempo, formando um complexo com 3 e até 10 medicamentos, em potências, geralmente, baixas.

Os "alternistas" adotam o critério de receitar diferentes medicamentos, que vão sendo ingeridos alternadamente.

Os "pluralistas" são os profissionais que medicam o indivíduo não só com medicamentos homeopáticos, mas com uma série de outros tipos de medicamentos, como fitoterápicos, florais, etc.

Os pertencentes à "Escola Neo-Hipocrática" utilizam a terapia mista (tratamento pelos semelhantes e pelos contrários) indicando, ao mesmo tempo, os medicamentos homeopáticos e os alopatóicos.

Os "unicistas", como dissemos anteriormente, são aqueles profissionais que indicam apenas um medicamento de cada vez, substituindo-o somente quando, em sua nova pesquisa de medicamento, encontra outro que reúne maior número de características físicas e mentais do indivíduo.

Estes são considerados "ortodoxos" e seguem o que foi estabelecido, há 200 anos, por Hahnemann,

considerado o "Pai da Homeopatia", depois de inúmeras observações, estudos e experimentos. A base deste tipo de terapia está calcada em quatro grandes pilares: 1) Lei dos semelhantes; 2) A experimentação sempre feita no homem sadio; 3) O medicamento a ser dado ao paciente é sempre único e 4) As doses devem ser mínimas.

Dentro da "escola unicista" também existe diferença na metodologia dos tratamentos. Em todos os casos, usa-se um medicamento "único" de cada vez. Podemos resumir assim as diversas metodologias: 1) Doses repetidas de medicamento em potências diferentes e crescentes; 2) dose única ou diária com acompanhamento periódico da evolução do quadro, por intervalo variado, aumentando gradativamente a potência; 3) dose única com potência elevada e aguardo da evolução por um período longo; 4) mudança periódica do medicamento, acreditando-se que o indivíduo pode "estar" em vibração com diferentes medicamentos nas suas diversas fases da vida. Este método baseia-se no conceito do "ser" e do "estar".

Após o exposto, podemos afirmar que o mais importante é escolher o método que satisfaça o que foi preconizado, também por Hahnemann: "O ideal máximo da cura é o restabelecimento rápido, suave e duradouro da saúde, ou remoção e aniquilação da doença, em toda a sua extensão, da maneira mais curta, mais segura e menos nociva, agindo por princípios facilmente compreensíveis".

▶ **ANTONIO DE OLIVEIRA LOBÃO** é médico veterinário (UFMG), Homeopata (Ibehe), mestre (USP) e Pesquisador Científico Aposentado (SAUSP).

REELEIÇÃO

Ato falho

ANTONIO DELFIM NETTO

Não me parece razoável a pressa com que se quer decidir a questão da reeleição do Presidente da República. De um momento para o outro, tudo passa a girar em torno da possibilidade de se conceder imediatamente um novo mandato ao atual Presidente, no gozo de altos índices de popularidade. As prioridades da agenda política, como as reformas tributária e administrativa, são abandonadas e substituídas por uma única prioridade, a reeleição, porque a percepção do governo isso alimentaria expectativas extremamente favoráveis à condução dos negócios, "especialmente no exterior" (sic). Nesse particular das "expectativas externas", a percepção do governo parece acertada: o noticiário dos jornais esta semana apressou-se em informar aos brasileiros a reação de incontinência de alegria da banca internacional, diante daquela possibilidade.

Na verdade não existe nada de surpreendente nesse tipo de reação, porque há razões palpáveis para isso. Mas há, também, probabilidade de que o governo esteja incorrendo num grave erro político. Apesar de não ser corretamente informado sobre os problemas da economia, não falta ao cidadão

brasileiro sensibilidade suficiente para perceber que está arcando com um preço excessivamente alto e desnecessário pelo regime de estabilidade. Embora as pesquisas continuem indicando a aprovação da maioria ao programa de estabilização, é crescente o desconhecimento com a falta de oportunidade de trabalho, com as taxas de juros assustosas e com a ausência de perspectiva de solução do problema da moradia, para citar apenas as dificuldades mais angustiantes. O governo deve ter meios de aferir esse descontentamento, mas demonstra impotência diante da necessidade de ir à raiz dos problemas. A sua incompetência e a insistência em anunciar seguidamente mirabolantes programas que não saem do papel, terminam por corroer o capital de credibilidade que ainda detém no ambiente interno.

Ao exagerar a importância das reações externas favoráveis à condução da política monetária, o governo de certa forma comete um ato falho e parece desconhecer uma realidade trivial: banqueiro estrangeiro não vota. O ato falho consiste em que essas manifestações de alegria aguçam a percepção interna no sentido de que as dificuldades crescentes

de o cidadão enfrenta no dia-a-dia talvez tenham algo a ver com a satisfação permanente dos agentes financeiros externos.

Enganam-se os que pensam que são alguns economistas implacáveis são capazes de perceber a reação que existe entre os generosos prêmios pagos aos aplicadores internacionais e a queda dos níveis da atividade interna, provocada pela imposição de altas taxas de juros no mercado doméstico. Taxas essas que inviabilizam os investimentos geradores de emprego; taxas que eliminam o poder de competição das empresas nacionais diante das importações financiadas a juros baixos e longos prazos, inacessíveis a grande maioria do empresário brasileiro; taxas impostas diante do erro cometido na sobrevalorização cambial, que retira competitividade às exportações brasileiras, igualmente geradoras de emprego; e, finalmente, taxas que estão sendo oferecidas no crediário, criando uma situação de incompatibilidade crescente dos consumidores de renda média e baixa.

▶ **DELFIN NETTO** é deputado, presidente da comissão de finanças e tributação da Câmara Federal

JORNAL DE PIRACICABA

Gerente Administrativo: Marcia Varella Pires
Editor Responsável: Joacir A. Cury (Mtb 10.301)
Chefe de Redação: Angela M. Furlan Nolasco (Mtb 11.751)

Administração, Redação e Publicidade:
Av. Com. Luciano Galdino, 2525 - Cep 13.424-510 - Piracicaba - SP. Fone PABX: (019) 426-4000
Fax: (019) 426-4000 (Administração) - (019) 426-5568 (Comercial) - (019) 426-1771 (Redação)
Filial: Rua Moraes de Barros 325 - Cep 13.008-306 - Piracicaba - SP
Fone PABX: (019) 433-5555 - Fax: (019) 422-2001

End. eletrônico/Internet: consulta @ jp.piracicaba.com.br
Fonte de notícias: Agência Estado e Agência Brasil

Filiação: ANI - ABRAPROFI, ALAF, ADAPROSP, SINDIADPROSP - API
Sursul São Paulo: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1451 - 11º - Cx. 111 - Cep 04513-008 - São Paulo
Fone: (011) 218-8621 - Fax: (011) 218-8621

Representante Comercial: Contato Representações de Veículos Publicitários Ltda. - Rio de Janeiro: Estrada Velha da Parana, 1500 Cep: 21613-070 - Rio de Janeiro - Fone: (021) 941-2899 - Fax: (021) 953-6946
Brasília: SCS 912 - Bloco H - Apra 610 - Fone: (061) 226-8282 - Cep 71028-900
Porto Alegre: R. José de Alencar, 414 - Cx. 204 - Cep 90889-480 - Fone: (051) 33-6654

“ Não concordo com uma só palavra do que dizes, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizê-lo ”
Voltaire